

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais, submetemos à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras da Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A. referentes ao exercício de 2011, acompanhados do relatório dos Auditores Independentes.

Análise do ambiente macroeconômico

Em 2011, a Mendes Júnior se deparou com grandes desafios ao enfrentar um mercado de construção cauteloso, marcado pela postergação de investimentos no setor privado e pela retração e reorganização do setor público mais acentuadas que as esperadas, historicamente, em um ano pós-eleitoral.

Consequentemente, as expectativas de crescimento do setor não se concretizaram, seguindo a tendência do Produto Interno Bruto nacional que registrou crescimento de 2,7% no ano, índice modesto principalmente quando comparado aos 7,5% alcançados em 2010.

A percepção da empresa é que 2011 foi um ano atípico para o segmento de construção pesada, que se preparou para o atendimento de enorme demanda de obras de infraestrutura, fundamentais para a manutenção do crescimento econômico do país.

Desempenho econômico e financeiro

Os resultados financeiros de 2011 foram positivos, porém com leve queda em relação a 2010, como reflexo da retração dos segmentos de mercados nos quais a empresa atua. Não obstante, a empresa manteve sua estrutura administrativa, das áreas comerciais, de produção e de prospecção de novos negócios.

Outro ponto positivo a ser destacado é o crescimento relevante do *backlog*, em mais de 70% em relação ao saldo verificado no início de 2011, o que vem a endossar a perspectiva de crescimento significativo prevista para 2012.

Sistema de Gestão Integrada (SGI)

A Mendes Júnior investiu, em 2011, R\$ 1,9 milhão para manter e aprimorar seu Sistema de Gestão Integrada (SGI), tendo como foco a integração das gestões de Qualidade, Meio Ambiente, Segurança e Saúde e Responsabilidade Social.

Os procedimentos do SGI formam a base para a gestão dos processos operacionais vinculados aos contratos, ao atendimento da legislação aplicável, aos projetos de engenharia e à execução das obras da empresa.

O Sistema possui certificações relacionadas a gestão ambiental (ISO 14001), responsabilidade social (SA 8000), qualidade (ISO 9001), gestão de Saúde e Segurança do Trabalho (OHSAS 18001) e ao Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H SIAC nível A), garantindo que esses processos sejam executados em linha com as Premissas da Empresa, orientadas pelo seu Planejamento Estratégico.

Gestão de pessoas

Partindo do princípio de que uma equipe forte e comprometida com os valores da empresa é primordial, a Diretoria de Recursos Humanos direcionou sua atuação, em 2011, para a captação, a retenção e a qualificação de profissionais. Nesse sentido, a Mendes Junior desenvolveu um projeto de mapeamento do patrimônio humano, com atualização do cadastro de competências, aspirações e trajetória profissional, seguindo a premissa de priorizar movimentações internas na reposição dos cargos. Além disso, foram definidos indicadores e um modelo de gestão de pessoas, visando a contribuir para a sustentabilidade do negócio.

Perspectivas para 2012

Superar os desafios apresentados pelo mercado continuará sendo a linha de atuação da Mendes Junior. Nesse sentido, a empresa está plenamente preparada para aproveitar as diversas oportunidades que devem surgir em 2012. Dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI) apontam que cerca de R\$ 50 bilhões deixaram de ser usados no setor de construção pesada em 2011 e devem ser investidos em 2012, somando-se aos recursos previstos para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), para a segunda etapa do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV2) e para as obras da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Boas perspectivas também se apresentam no mercado de Óleo e Gás, área de negócio em que a empresa se destacou em 2011 e que constitui outra grande aposta de crescimento no país. Somam-se a isso as expectativas de aquecimento das demandas por obras do setor privado em 2012.

Para aproveitar essas oportunidades, a empresa continuará buscando o desenvolvimento de novos negócios nos mercados nacional e internacional e apostando no seu diferencial competitivo, obtido por meio da capacidade técnica e experiência em projetos de construção de engenharia. Tudo isso suportado por uma equipe preparada, comprometida e um Sistema de Gestão Integrada, que privilegia a eficácia da ação empresarial como base para a geração de resultados relativos à qualidade, ao meio ambiente, à segurança e saúde e à responsabilidade social.

Agradecimentos

Agradecemos o apoio e a participação dos senhores acionistas, colaboradores e parceiros pelos resultados obtidos em 2011.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)

ATIVOS	Nota	31/12/2011	31/12/2010	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2011	31/12/2010
CIRCULANTE:				CIRCULANTE:			
Caixa e equivalentes de caixa	5	93.756	177.077	Empréstimos e financiamentos	13	70.487	35.914
Contas a receber de clientes	6	183.594	90.815	Fornecedores e subempreiteiros	14	74.566	98.461
Títulos a receber	7	118.107	115.429	Salários e encargos sociais	15	49.949	57.743
Adiantamentos a fornecedores		20.745	7.519	Impostos e contribuições	16	15.321	12.973
Estoque	8	82.222	96.133	Adiantamentos de clientes		1.154	8.712
Outros ativos circulantes		20.324	21.504	Contas a pagar		4.490	1.568
Total do Ativo Circulante		518.748	508.477	Total do Passivo Circulante		215.967	215.371
NÃO CIRCULANTE:				NÃO CIRCULANTE:			
Realizável a longo prazo:				Exigível a longo prazo:			
Créditos com empresas ligadas	9	18.908	7.247	Empréstimos e financiamentos	13	17.357	10.000
Títulos a receber	7	42.276	30.827	Impostos e contribuições	17	26.437	19.318
		61.184	38.074	Provisão para contingências	18	5.443	9.320
Permanente				Passivo atuarial	20	5.361	3.562
Investimentos	10	50.363	47.341	Títulos a pagar		844	1.012
Imobilizado líquido	11	28.132	31.655	Total do Passivo Não Circulante		55.442	43.212
Intangível	12	22.715	22.455	TOTAL DO PASSIVO		271.409	258.583
		101.210	101.451	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Total do Ativo Não Circulante		162.394	139.525	Capital social	19.1	235.000	235.000
				Reserva de lucros:			
TOTAL DO ATIVO		681.142	648.002	Reserva legal		12.113	11.022
				Reserva de lucros	19.2	152.862	132.140
				AAP – Ajuste de Avaliação Patrimonial		9.758	11.257
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		409.733	389.419
				TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		681.142	648.002

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2011	31/12/2010
Receita Líquida	22	1.248.693	1.442.006
Custo de serviços e empreitadas de obras		(1.095.499)	(1.258.478)
LUCRO BRUTO		153.194	183.528
Administrativas e gerais	23	(100.430)	(98.461)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas		(5.821)	(5.328)
Resultado de equivalência patrimonial		6.071	4.990
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		53.014	84.729
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	24	(27.572)	(9.172)
LUCRO OPERACIONAL		25.442	75.557
Outras (despesas) receitas		(1.361)	3.206
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		24.081	78.763
Imposto renda/contribuição social	25		
Corrente		(8.615)	(22.470)
Diferidos		4.848	(4.081)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		20.314	52.212
Resultado líquido do exercício por ação – R\$		0,10	0,25

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)

	31/12/2011	31/12/2010
1 – Receitas		
Receitas serviços e de empreitadas de obras	1.348.543	1.565.246
Outras receitas	13.834	1.936
	1.362.377	1.567.182
2 – Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços e de empreitadas de obras	(262.416)	(436.034)
Serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(356.391)	(378.424)
Outras	(494)	558
	(619.301)	(813.900)
3 - Valor adicionado bruto (1 – 2)	743.076	753.282
4 - Depreciação, amortização e exaustão	(12.037)	(11.892)
5 - Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3 – 4)	731.039	741.390
6 - Valor adicionado recebido em transferência		
Resultado de equivalência patrimonial	6.071	4.990
Receitas financeiras	9.812	9.818
	15.883	14.808
7 - Valor adicionado total a distribuir (5 + 6)	746.922	756.198
8 - Distribuição do valor adicionado	746.922	756.198
Pessoal	363.141	407.069
Impostos, taxas e contribuições	186.896	158.194
Remuneração de capitais de terceiros	176.571	138.723
Juros	47.171	13.939
Aluguéis	129.400	124.784
Remuneração de capitais próprios	20.314	52.212
Lucros retidos	20.314	52.212

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)

	31/12/2011	31/12/2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	24.081	78.763
Ajuste para reconciliar o lucro líquido do período com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação	9.733	7.324
Baixa de bens do imobilizado	2.304	4.568
Provisão passivo atuarial	1.799	(881)
	37.917	89.774
(Aumento) redução ativos		
Clientes	(95.457)	(30.799)
Estoques	13.911	(66.685)
Adiantamento a terceiros	(13.226)	30.918
Títulos e valores mobiliários	(11.449)	50.814
Outros ativos	1.180	(6.642)
	(105.041)	(22.394)
Aumento (redução) passivos		
Fornecedores	(23.895)	(1.990)
Obrigações sociais	(7.794)	3.738
Obrigações fiscais	9.467	(14.117)
Adiantamentos de clientes	(7.558)	(22.381)
Provisão para contingências	(3.877)	(3.869)
Outros passivos	2.754	(1.292)
	(30.903)	(39.911)
Outros fluxos de caixa		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.615)	(22.470)
Reversão Imposto de renda e contribuição social diferida	4.848	(4.081)
	(3.767)	(26.551)
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	(101.794)	918
Fluxos de caixa utilizado nas atividades de investimentos:		
Investimentos	(3.022)	(5.920)
Aquisição de imobilizado	(8.514)	(6.243)
Aquisição de intangível	(260)	(22.150)
	(11.796)	(34.313)
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamentos:		
Partes relacionadas	(11.661)	(4.163)
Pagamentos de dividendos	-	(39.596)
Empréstimos e financiamentos	41.930	44.782
	30.269	1.023
= Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	(83.321)	(32.372)
= Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	(83.321)	(32.372)
Saldo de caixa + equivalente de caixa no início do ano	177.077	209.449
Saldo de caixa + equivalente de caixa no final do ano	93.756	177.077

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)

	31/12/2011	31/12/2010
Lucro líquido do exercício	20.314	52.212
Outros resultados abrangentes	3.298	633
Passivo atuarial	1.799	(881)
Ajuste de avaliação patrimonial	1.499	1.514
Resultado abrangente total do exercício	23.612	52.845

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)

Descrição	Reserva de Lucros					Lucros/Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
	Capital Social	Reserva Legal	Especial para Dividendos não Distribuídos	Retenção de Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial		
Saldos em 31 de dezembro de 2009	235.000	8.336	39.596	81.100	12.771	-	376.803
Pagamentos de dividendos	-	-	(39.596)	-	-	-	(39.596)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(1.514)	1.514	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	52.212	52.212
Reserva legal	-	2.686	-	-	-	(2.686)	-
Reserva especial p/ dividendos não distribuídos	-	-	12.760	-	-	(12.760)	-
Reserva para retenção de lucros	-	-	-	38.280	-	(38.280)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	235.000	11.022	12.760	119.380	11.257	-	389.419
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(1.499)	1.499	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	20.314	20.314
Reserva legal	-	1.091	-	-	-	(1.091)	-
Reserva especial p/dividendos não distribuídos	-	-	5.181	-	-	(5.181)	-
Reserva para retenção de lucros	-	-	-	15.541	-	(15.541)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	235.000	12.113	17.941	134.921	9.758	-	409.733

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A. é uma Sociedade com sede em São Paulo, Capital, e atua na indústria de construções, montagens industriais e eletromecânicas, gerenciamento de empreendimentos, comércio, exportações, importações e outras atividades relacionadas com seu objeto principal, constantes do estatuto social.

2. BASES E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas contidas na Lei nº 6.404/76 - Lei das Sociedades por Ações - LSA alterada pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

A Diretoria autorizou a conclusão da elaboração e aprovou as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011 em 20 de abril de 2012.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros ativos

A Sociedade reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Sociedade baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. *Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado* - Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Sociedade gerencia tais investimentos e toma decisões de compras e vendas baseadas em seus valores justos. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. São considerados dessa forma, quando a Sociedade possui as aplicações financeiras, incluídas em caixa e equivalentes de caixa.

Empréstimos e recebíveis - São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. São considerados dessa forma as contas a receber de clientes, os direitos creditórios e os títulos a receber.

Os ativos financeiros são classificados no momento de seu reconhecimento inicial, quando a Sociedade se torna parte das disposições contratuais do instrumento, em uma das quatro categorias a seguir: **(a)** ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; **(b)** empréstimos e recebíveis; **(c)** investimentos mantidos até o vencimento; e **(d)** disponíveis para venda. A classificação do ativo financeiro em uma dessas categorias depende de sua natureza e finalidade.

Os ativos financeiros sujeitos à indexação contratual ou legal são atualizados mensalmente conforme o índice aplicável. Ganhos e perdas decorrentes de variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

A Sociedade não efetuou operações com derivativos e/ou outros instrumentos de risco.

Caixa e equivalentes de caixa: Incluem os depósitos bancários e os títulos financeiros de alta liquidez, com vencimento em 90 dias ou menos e com risco irrelevante de variação de valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. São utilizados pela Sociedade para gerenciamento dos compromissos de curto prazo. (nota 5)

Contas a receber de clientes: Referem-se a serviços executados e representam os valores estimados de realização. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, diminuídas ao valor recuperável, quando necessário. (nota 6)

Títulos a receber: Estão registrados conforme contrato. Os valores consignados nas demonstrações financeiras são inferiores aos que a Sociedade receberá efetivamente. (nota 7)

3.2. Estoques

Avaliados pelo custo médio de aquisição, inferior ao valor de realização. (nota 8)

3.3. Investimentos

A Sociedade detém investimento em sociedades. Esses investimentos foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial, atendendo à determinação expressa do *caput* do art. 248 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações - "LSA"), com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 11.941/09. (nota 10)

3.4. Imobilizado

Nos termos do "Pronunciamento Técnico CPC nº 27 - Ativo Imobilizado" e da "Interpretação Técnica ICPC nº 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimentos", dos Pronunciamentos Técnicos CPCs nºs 27, 28, 37 e 43, a Sociedade verificou o valor justo do ativo imobilizado, tendo constatado diferença relevante em relação aos bens registrados nas contas de Máquinas, Equipamentos e Veículos. Logo, registrou os mesmos ao valor justo, com base em avaliações efetuadas por técnicos avaliadores com larga experiência na avaliação de bens desta natureza.

Os efeitos fiscais dessa avaliação foram reconhecidos de acordo com o ICPC nº 10 e o "Pronunciamento Técnico CPC nº 32 - Tributo sobre o Lucro". Quanto aos demais itens do imobilizado, não foi verificada diferença substancial entre o valor contábil e o valor justo dos mesmos.

A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens e o valor residual estimado dos ativos no final de sua vida útil. Quando aplicável, os gastos na reforma do imobilizado são incorporados ao mesmo, somente se os benefícios econômicos associados aos gastos forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Os reparos e manutenções são reconhecidos no resultado quando incorridos. O valor residual ao final da vida útil e a vida útil estimada dos bens são revisados na data de encerramento do exercício e ajustados, se necessário. O valor residual dos itens do imobilizado é reduzido ao seu valor recuperável, na hipótese de valor residual exceder o valor recuperável. (nota 11)

3.5. Redução ao valor recuperável dos ativos

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver, conforme critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC nº 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.6. Instrumentos financeiros passivos

Todos os instrumentos financeiros passivos foram reconhecidos no balanço da Sociedade. Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis às suas aquisições ou emissões. Os passivos financeiros da Sociedade são mensurados pelo custo amortizado. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são: Empréstimos e Financiamentos, Fornecedores e Subempreiteiros.

Os empréstimos são reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos das transações incorridas e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, quando exigíveis em prazo de até 12 meses da data do balanço e no passivo não circulante, quando exigíveis em prazos superiores ao mencionado.

Os passivos financeiros sujeitos à indexação contratual ou legal são atualizados mensalmente conforme o índice aplicável. Ganhos e perdas decorrentes de variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

3.7. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas, para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

3.8. Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de curtos e longos prazos são ajustados pelo seu valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras.

3.9. Imposto sobre a Renda (IRPJ e CSLL)

O IRPJ e a CSLL são calculados com base na legislação vigente, considerando as adições e exclusões legais previstas. São constituídos débitos tributários diferidos sobre as exclusões temporárias, as quais serão tributadas quando cessarem as condições que atualmente afastam a tributação, contabilizados no Passivo não Circulante - Longo Prazo. O encargo com tributos (correntes e diferidos) é reconhecido no resultado, exceto quando correspondem valores registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido; hipótese na qual os tributos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. (nota 25)

3.10. Benefícios a empregados - Previdência privada

A Sociedade possui planos de benefícios a empregados, em síntese: planos de aposentadoria (normal, antecipada, por invalidez) e pensão por morte; assistência médica e seguro de vida em grupo.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidos diretamente na Demonstração dos Resultados Abrangentes. Em atendimento à Deliberação CVM 600, de 07/10/2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 33, a Sociedade reconheceu os efeitos da aplicação das novas práticas contábeis nas demonstrações financeiras, reconhecendo os efeitos nos Resultados Abrangentes. (nota 20)

3.11. Reconhecimento da receita

As receitas somente são reconhecidas quando os riscos e benefícios decorrentes da transação são transferidos ao contratante, o valor da receita pode ser estimado com segurança e é provável que os benefícios econômicos decorrentes da transação fluíssem para a Sociedade. As receitas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência. (nota 22)

3.12. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas na moeda do ambiente econômico no qual a Sociedade atua (moeda funcional). Os ativos em moeda estrangeira são inicialmente registrados à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. As variações cambiais são registradas na demonstração do resultado. Não existem passivos indexados à moeda estrangeira.

4. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

O processo de elaboração das demonstrações requer que a Administração efetue estimativa e adote premissas do seu melhor julgamento, baseadas na experiência e em outros fatores relevantes que afetam os montantes apresentados dos ativos e passivos, bem como os valores das receitas, custos e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nestas demonstrações financeiras. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas periodicamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período; ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2011	31/12/2010
Caixa e contas correntes bancárias	22.033	41.105
Aplicações financeiras	71.723	135.972
Total	93.756	177.077

As aplicações financeiras correspondem substancialmente a investimentos remunerados às taxas que variaram de 100,0% a 105,0% do CDI.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

O saldo de contas a receber de clientes é oriundo de operações no mercado interno.

	31/12/2011	31/12/2010
Clientes públicos	176.618	87.921
Clientes privados	6.976	2.894
Total	183.594	90.815

7. TÍTULOS A RECEBER (curto e longo prazo)

Referem-se principalmente, a títulos a receber de entidades governamentais. A Sociedade continua mantendo esforços, visando os recebimentos tempestivos dos créditos por meio de negociações e ajuizamento de ações judiciais, nas quais vem obtendo decisões favoráveis. Os consultores jurídicos avaliam que são remotas as possibilidades de perdas das ações judiciais movidas pela Sociedade contra as entidades públicas e privadas.

8. ESTOQUE

	31/12/2011	31/12/2010
Almoxarifado	14.313	25.265
Bens destinados à venda	67.909	70.868
Total	82.222	96.133

9. PARTES RELACIONADAS

As transações entre a Sociedade e outras empresas referem-se a operações comerciais e de contas correntes relativas a pagamentos e recebimentos por conta e ordem, dependendo da situação de caixa de cada empresa, visando redução de custos financeiros. Os valores destas transações são os seguintes:

	31/12/2011	31/12/2010
Edificadora S/A	15.919	2.417
Outras Empresas	2.989	4.830
Total	18.908	7.247

10. INVESTIMENTOS

Os investimentos estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial:

	31/12/2011	31/12/2010
Mendes Júnior Uruguai S/A	4.190	4.670
Norte e Energia S/A	-	2.250
Rodoanel Sul 5 Engenharia Ltda.	38.490	38.162
SCP Metro Rio Barra	4.479	-
Outros Investimentos	3.204	2.259
Total	50.363	47.341

Empresas	Patrimônio Líquido	Participação no Capital %	Valor Investido
Mendes Júnior Uruguai S/A	4.190	100,00	4.190
Rodoanel Sul 5 Engenharia Ltda.	134.722	28,57	38.490
Outras	-	-	7.683

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)

11. IMOBILIZADO

De acordo com o mencionado na nota 3.3, a Sociedade verificou o valor justo do imobilizado. No seu conjunto, foi encontrada diferença significativa entre o valor justo e o contabilizado na conta "Máquinas, Equipamentos e Veículos" (item 21 do ICPC nº 10). Desta forma aplicou o custo atribuído (*deemed cost*) ajustando os saldos de abertura na data da transição (01/01/2010), para fins de comparação.

Contas	Terrenos	Edificações	Maq, Equip e Veículos	Outras	Total
Taxas de Depreciação	-	4%	20%	10%	
Imobilizado líquido em 31/12/2010	119	1.098	25.433	5.005	31.655
Inclusões	-	331	3.584	4.599	8.514
Baixas	-	(2)	(3.600)	(2.683)	(6.285)
Custos em 31/12/2011	-	329	(16)	1.916	2.229
Depreciações	-	(590)	(8.254)	(889)	(9.733)
Baixas	-	-	3.258	723	3.981
Depreciação acum. em 31/12/2011	-	(590)	(4.996)	(166)	(5.752)
Imobilizado líquido em 31/12/2011	119	837	20.421	6.755	28.132

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear.

12. INTANGÍVEL

Contas	Direitos Minerários	Software	Total
Custo em 31/12/2010	22.150	305	22.455
Aquisições no ano 2011	-	260	260
Custo em 31/12/2011	22.150	565	22.715

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/12/2011	31/12/2010
Em moeda nacional		
Capital de giro		
Parcela a curto prazo	70.487	35.914
Parcela a longo prazo	17.357	10.000
Total	87.844	45.914

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por avais e notas promissórias, a parcela do longo prazo tem vencimento para 01/10/2013. Os encargos financeiros variaram de CDI + 0,25% ao mês a CDI + 0,70% ao mês.

14. FORNECEDORES E SUBEMPREENTEIROS

	31/12/2011	31/12/2010
Materiais e Equipamentos	47.065	67.870
Serviços	27.501	30.591
Total	74.566	98.461

15. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

As obrigações sociais e trabalhistas são compostas substancialmente por salários a pagar e provisões de encargos trabalhistas.

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES – CURTO PRAZO

As obrigações tributárias referem-se a tributos correntes (ISSQN/COFINS/PIS/IRPJ/CSLL) e parcelamentos.

	31/12/2011	31/12/2010
Tributos correntes	9.691	10.117
Parcelamentos	5.630	2.856
Total	15.321	12.973

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES – LONGO PRAZO

A Lei 11.941/09 proporcionou aos contribuintes um novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil – RFB, inclusive previdenciários, e débitos com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, incluindo o saldo remanescente dos débitos consolidados no REFIS (Lei 9.964/00), no parcelamento Especial – PAES (Lei 10.684/03) e no parcelamento Excepcional – PAEX (Medida Provisória 303/06), além dos parcelamentos convencionais previstos no artigo 38 da Lei 8.212/91 e no artigo 10 da Lei 10.522/02. A Sociedade optou pela inclusão dos débitos, antes incluídos no PAEX, parcelamento convencional, além de outros, no parcelamento da Lei 11.941/09.

	31/12/2011	31/12/2010
Parcelamento Lei 11.941/09	17.182	-
Provisão IRPJ/CSLL diferida	9.013	13.516
Outros parcelamentos	242	5.802
Total	26.437	19.318

18. PASSIVOS CONTINGENTES

A Sociedade respaldada em pareceres de seus advogados efetuou provisão para contingências:

	31/12/2011	31/12/2010
Trabalhistas	2.176	6.425
Cíveis	2.272	1.402
Tributárias	995	1.493
Total	5.443	9.320

A Sociedade ainda é parte em outras ações judiciais e administrativas para as quais a expectativa de perda é possível. Neste contexto, a Administração, lastreada na avaliação de seus consultores jurídicos, não constituiu provisão para eventuais perdas. Baseada nestas avaliações, a Sociedade considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para a sua defesa. A necessidade da constituição de provisão é analisada periodicamente.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1. Capital Social

O capital social é de R\$235.000 divididos em 205.058.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

19.2. Dividendos e Reservas de Lucro

Aos acionistas é garantido um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício ajustado de acordo com a legislação em vigor.

A proposta da Administração à Assembleia Geral ordinária é para que seja constituída Reserva Especial para Dividendos não Distribuídos, no valor de R\$5.181, nos termos do artigo 202, parágrafos 4º e 5º da Lei 6.404/76.

20. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Os valores dos passivos atuariais, nos padrões da Deliberação CVM 600 e do CPC nº 33, relativos aos benefícios concedidos aos empregados estão reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade.

	31/12/2011	31/12/2010
Obrigações de longo prazo	5.361	3.562
Total	5.361	3.562

A Sociedade, em conjunto com outras empresas do Grupo Mendes Júnior, é patrocinadora da Mendesprev – Sociedade Previdenciária, entidade fechada de previdência complementar, estabelecida sob a forma de sociedade civil de caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, é constituída com o objetivo de assegurar aos seus beneficiários o complemento dos proventos de aposentadoria e pensão.

A Mendesprev adota dois planos de benefícios, ou seja, Plano CD de Benefícios e o Plano Misto de Benefícios. O Plano CD de Benefícios é estruturado na modalidade de Contribuição Definida, em que o valor dos benefícios são ajustados ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção dos benefícios considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores portados e os benefícios pagos e o Plano Misto de Benefícios que trata-se de um plano misto composto de duas partes: uma que é contribuição definida (fase de acumulação de recursos na atividade) e outra de benefício definido (fase de recebimento de benefícios).

20.1. Plano CD de Benefícios

O Plano CD de Benefícios, administrado pela Mendesprev, é estruturado na modalidade de Contribuição Definida. Em 31 de dezembro de 2011, a Mendesprev possuía no plano CD de Benefícios 288 participantes ativos, e não existia participantes assistidos e pensionistas.

20.1.1. Plano de Custeio

As contribuições dos Participantes Ativos e Autopatrocinados compreendem:

- Contribuição Normal: de caráter obrigatório e mensal, correspondente a um percentual escolhido pelo Participante de 2% (dois por cento) a 7% (sete por cento) do seu Salário de Participação.
- Contribuição Extraordinária: de caráter opcional e eventual, corresponde ao valor escolhido pelo participante ativo e autopatrocinado de acordo com sua conveniência.

As contribuições da patrocinadora compreendem:

- Contribuição Normal: efetuada mensalmente, corresponde a 2% (dois por cento) do Salário de Participação.
 - Contribuição Extraordinária: esporádica, voluntária, destinada a reforçar o saldo de conta do participante ativo.
- As despesas administrativas são custeadas pela patrocinadora, pelos participantes autopatrocinados, optantes pelo Benefício proporcional diferido e assistido, na forma estabelecida pelo atuário.

20.1.2. Benefícios

Os benefícios assegurados pelo Plano CD de Benefícios são os seguintes:

- Aposentadoria;
- Aposentadoria por Invalidez;
- Pensão por Morte;
- Benefício Proporcional Diferido;
- Abono Anual.

O valor mensal do benefício de aposentadoria é obtido na data do seu requerimento, calculado por equivalência atuarial, com base no saldo de conta e nas faixas etárias do participante e seus beneficiários. Os benefícios são recalculados, anualmente, no mês de novembro, com base nas características etárias do Assistido, de seus beneficiários e do saldo de conta remanescente da conta Individual de benefício concedido.

Para fins de atendimento ao CPC nº 33, a contabilização dos compromissos para esta modalidade de plano é apurada através do montante das contribuições da patrocinadora vertidas ao plano durante o exercício de 2011, não sendo necessário o cálculo das obrigações atuariais.

20.2. Plano Misto de Benefícios

Em 31 de dezembro de 2011, a Mendesprev possuía no Plano Misto de Benefícios 194 participantes ativos, 66 participantes diferidos, 48 participantes aposentados (em 31 de dezembro de 2010, 217 participantes ativos, 62 participantes diferidos, 40 participantes aposentados).

O Plano Misto de Benefícios trata-se de um plano misto composto de duas partes: uma que é contribuição definida e outra de benefício definido, não sendo mais admitida adesões ao plano.

20.2.1. Plano de Custeio

Os benefícios oferecidos pelo Plano serão custeados por meio de:

- Contribuições dos Participantes ativos e autopatrocinados: de caráter obrigatório e mensal, correspondente à 7,5% (sete e meio por cento) da parcela do salário de participação que exceder a 20 salários unitários;
 - Contribuição das Patrocinadoras: igual a 100% (cem por cento) da contribuição efetuada pelo participante;
 - Receitas de aplicações do patrimônio;
 - Doações, doações, subvenções, legados, rendas e outros pagamentos de qualquer natureza.
- As despesas administrativas serão custeadas por recursos oriundos dos participantes e da patrocinadora.

20.2.2. Benefícios do Plano

Os benefícios do Plano são os seguintes:

- Aposentadoria Normal: terá direito ao benefício de aposentadoria normal o participante que preencher as seguintes condições: idade mínima de 60 anos e mínimo de 5 anos de participação no Plano;
- Aposentadoria Antecipada: a elegibilidade ao benefício de aposentadoria antecipada começará quando o participante preencher as seguintes condições: idade mínima de 55 anos e mínimo de 5 anos de participação no Plano;
- Aposentadoria por Invalidez: para a aposentadoria por invalidez, o participante deve ter a sua invalidez atestada por um médico clínico ou perito credenciado pela Mendesprev Sociedade Previdenciária;
- Pensão por Morte: a elegibilidade para a pensão por morte é o falecimento do participante ou do assistido:
 - Morte de participante antes do gozo de aposentadoria: sobre o valor que o participante teria direito a receber caso tivesse se aposentado por invalidez, é aplicado percentual definido no regulamento do Plano de acordo com o número de dependentes, acrescido da transformação do saldo de conta de acordo com as normas atuariais.
 - Morte de participante assistido: aplicação de percentual definido do regulamento do Plano, de acordo com o número de dependentes, sobre o benefício percebido na data do falecimento.

Os benefícios mensais previstos no Regulamento do Plano Misto são reajustados anualmente no mês da data base da patrocinadora, de acordo com a variação do INPC. Os dados cadastrais possuem data-base em 31/12/2011. A seguir, o resumo dos dados da Sociedade:

Participantes Ativos

Frequência de participantes	194
Idade média (em anos)	48
Folha de salários de participação mensal	1.715
Salário de participação médio	9

Participantes Diferidos

Frequência de participantes	66
Idade média (em anos)	46
Folha de salários de participação mensal	106
Salário de participação médio	2

Participantes Aposentados

Frequência de participantes	48
Idade média (em anos)	63
Folha de salários de participação mensal	309
Salário de participação médio	7

CONCILIAÇÃO DOS (ATIVOS) E PASSIVOS RECONHECIDOS

	31/12/2011	31/12/2010
Obrigações atuariais	91.260	81.973
Valor justo dos ativos do plano	75.193	61.531
Valor presente das obrigações a descoberto	16.067	20.442
Perda ou (ganhos) atuariais	10.706	16.880
Passivo (ativo) atuarial líquido total reconhecido	5.361	3.562
Passivo (ativo) atuarial provisionado no Balanço	3.562	4.443
Passivo (ativo)	1.799	(881)

A Sociedade reconheceu em 2011 uma obrigação atuarial no montante de R\$1.799 como forma de garantir o pagamento dos compromissos do plano na sua totalidade, dentro das regras da Deliberação CVM 600. Para o exercício de 2010, conforme Parecer Atuarial houve um Ativo no montante de R\$881. A movimentação do valor justo do plano de benefícios nos períodos apresentados é o seguinte:

EVOLUÇÃO DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS

Valor justo dos ativos ao início do ano	61.531
Benefícios pagos durante o exercício	(4.015)
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	915
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	1.745
Rendimento efetivo dos ativos no ano	15.017
Valor justo dos ativos ao final do ano	75.193

A movimentação do valor referente à obrigação do benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

EVOLUÇÃO DO VALOR PRESENTE DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS

Valor das obrigações atuariais ao início do ano	81.974
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	1.698
Juros sobre obrigação atuarial	8.236
Benefícios pagos no ano	(4.015)
(Ganhos)/Perdas Atuariais	3.366
Valor das obrigações atuariais avaliadas ao final do ano	91.259

Para o ano de 2011, os valores a serem pagos foram projetados em decorrência das variações atuariais e deverão ser os seguintes:

DESPESA A RECONHECER NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	31/12/2011	31/12/2010
Custo do serviço corrente (com juros)	1.699	1.458
Contribuições esperadas de participante	(915)	(912)
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	8.236	8.130
Rendimento esperado dos ativos	(6.266)	(7.808)
Amortização referente ao custo de serviço passado	789	-
Despesa a ser reconhecida pelo empregador no exercício	3.543	868
Contribuições do empregador referente a custeio de plano	(1.744)	(1.749)
Total da despesa (receita) adicional a reconhecer	1.799	(881)

20.3. Premissas utilizadas para o cálculo do passivo e das projeções

As premissas e métodos adotados foram aquelas requeridas pelos padrões do CPC nº 33 e Deliberação CVM 600. Como exigido pelas regras da norma, foi adotado o método da Unidade de Crédito Projetada para calcular todas as obrigações atuariais.

Econômicas e Financeiras

	31/12/2011	31/12/2010
Taxa de desconto atuarial – real	5,50% a.a.	6,00% a.a.
Taxa de desconto atuarial – nominal	10,78% a.a.	10,24% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos – real	6,00% a.a.	6,00% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos – nominal	11,30% a.a.	10,24% a.a.
Taxa de crescimento salarial – nominal	5,53% a.a.	4,52% a.a.
Taxa de crescimento dos benefícios – nominal	5,00% a.a.	4,00% a.a.
Inflação projetada	5,00% a.a.	4,00% a.a.
Fator de capacidade	97,00% a.a.	100,00% a.a.

20.4. Política contábil para o reconhecimento dos ganhos/perdas atuariais

Esses estudos atuariais projetam a movimentação de diversas variáveis (premissas) para os exercícios futuros. Essas projeções podem ser concretizar ou não, fazendo com que, a cada reavaliação atuarial anual, sejam calculadas as diferenças entre os valores projetados e os que efetivamente ocorreram. A essas diferenças dá-se o nome de ganho (ou perda) atuarial.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)

21. SEGUROS

É política da Sociedade manter cobertura de seguros para bens do imobilizado, responsabilidade civil e risco de engenharia, em montante considerado suficiente para suprir qualquer perda que vier a sofrer frente aos riscos envolvidos.

22. RECEITA LÍQUIDA

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Receita Bruta de Vendas e/ou serviços	1.348.543	1.565.246
Deduções das receitas brutas	(99.850)	(123.240)
Total	1.248.693	1.442.006

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

23. ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Gastos com pessoal	50.051	47.498
Compras de materiais diversos	1.027	1.039
Aluguel	4.038	2.366
Serviços de terceiros	36.304	33.921
Outras	9.010	13.637
Total	100.430	98.461

24. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Despesas Financeiras		
Juros passivos	(39.995)	(11.880)
Variações cambiais	(759)	(187)
IOF	(5.268)	(2.842)
Outras	(1.367)	(4.095)
Total	(47.389)	(19.004)
Receitas Financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	8.966	8.606
Juros ativos	9.708	174
Descontos obtidos	924	871
Outras	219	181
Total	19.817	9.832
Resultado financeiro líquido	(27.572)	(9.172)

25. IMPOSTO DE RENDA/CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por exercícios e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

A conciliação das despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social da sociedade e o produto da alíquota vigente sobre o lucro antes do IR e da CSLL são demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Corrente		
Lucro antes do IR e da CSLL	24.081	78.763
Adições permanentes	9.922	1.868
Adições temporárias	50.508	61.821
Exclusões permanentes	(13.586)	(17.190)
Exclusões temporárias	(38.327)	(50.508)
Equivalência Patrimonial	(6.071)	(4.990)
Lucro Real	26.527	69.764
Imposto de renda 15%	(3.979)	(10.464)
Adicional IRPJ	(2.629)	(6.822)
Incentivos	380	1.095
CSLL 9%	(2.387)	(6.279)
Total corrente	(8.615)	(22.470)
Diferido		
Ativos		
Lucro diferido entidades governamentais	12.181	(11.313)
Passivos não circulante		
Provisão para perda	-	(115)
Passivo atuarial	(1.799)	(4.443)
Passivo contencioso	3.877	3.868
Base de calculo imposto diferido	14.259	(12.003)
Imposto diferido 34%	4.848	(4.081)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: J. Murillo Valle Mendes
Conselheiros: Eduardo Mendes Moreira
Andréa Mendes Teixeira

DIRETORIA

Diretor Presidente: J. Murillo Valle Mendes
Diretor Vice-Presidente de Assuntos Corporativos: Ângelo Alves Mendes
Diretor Vice-Presidente de Mercado: Sérgio Cunha Mendes
Diretor Vice-Presidente de Desenvolvimento Financeiro: Delson de Miranda Tolentino
Diretor Vice-Presidente de Engenharia: Victório Duque Semionato

CONTADOR

Alexandre Magno de Pinho Freitas
CRC-MG-046.601/O-3-S/SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas

MENDES JÚNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A

Examinamos as demonstrações financeiras da Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 apresentada como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 23 de abril de 2012.

Orplan Auditores Independentes.
CRCMG S-SP 478

Pedro Alberto de Souza
Contador - CRCMG S-SP 032.234/0

